



CRISE CLIMÁTICA

Lula convoca reunião para debater queimadas

Presidente vai se encontrar com presidentes do Legislativo e do Judiciário para discutir ações conjuntas de combate aos incêndios no Brasil. Chefe do Executivo também deve se reunir com governadores nesta semana

» VICTOR CORREIA
» JÚLIA PORTELA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reúne, hoje, com os chefes do Legislativo, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e deputado federal Arthur Lira (PP-AL), e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, para discutir um plano conjunto contra as queimadas florestais. Um dos incêndios assola o país desde domingo e atinge o Parque Nacional de Brasília. Por conta das fortes chuvas, a capital amanheceu, ontem, sob fumaça.

O encontro está previsto para começar às 16h30, no Palácio do Planalto. Também devem participar o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco. A reunião foi anunciada pelo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Paulo Pimenta, durante coletiva de imprensa.

Pimenta também afirmou que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, está em contato com os governadores para que haja uma reunião, ainda nesta semana, com Lula. Na manhã de ontem, o chefe da pasta participou de outro encontro no Planalto, com membros do Executivo. Entre eles, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e os ministros Marina Silva (Meio Ambiente), Fernando Haddad (Fazenda) e Ricardo Lewandowski (Justiça).

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho, e representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) também participaram do encontro.

Na hora do almoço, Lula participou da formatura de diplomatas no Palácio do Itamaraty, mas retomou a conversa sobre o

Ricardo Stuckert/PR



Presidente se reuniu com autoridades e especialistas para discutir ações de enfrentamento às queimadas. Pacote deve ser anunciado hoje

tema pela tarde. O chefe do Executivo chegou a cancelar sua participação no lançamento de um cartão de débito e crédito para MEIs, do Banco do Brasil, para continuar o debate. A reunião terminou somente à noite.

Na manhã de hoje, Marina Silva deve participar do programa *Bom Dia, Ministra*, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para detalhar as medidas que o governo implementou para fiscalizar e punir os envolvidos em incêndios criminosos.

Iniciativa

A gestão federal sofre pressão para adotar medidas eficazes

no combate às queimadas, que não dão sinais de arrefecimento. Parlamentares da oposição criticam o governo petista e argumentam que os mesmos políticos de esquerda que coibiram ações do ex-presidente Jair Bolsonaro durante as queimadas de 2020 estão em silêncio sobre a gestão atual. Ao mesmo tempo, governadores e prefeitos reclamam da falta de auxílio e repasse. São eles os principais responsáveis por controlar o fogo.

Na semana passada, Lula visitou o Amazonas e anunciou a criação de um Estatuto da Emergência Climática, bem como uma Autoridade Climática, para agilizar o combate. O

governo também pediu ajuda a países vizinhos para apagar as chamas nas regiões de fronteira.

Segundo o painel BDQueimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Brasil registrou entre domingo e segunda 4.921 focos de queimadas, representando 68,8% de todos os registros na América do Sul. Os estados com mais incêndios florestais foram Pará (1.191), Mato Grosso (563) e Minas Gerais (500). No Distrito Federal, 32.

No domingo, o ministro ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino autorizou que o governo federal extrapole o arcabouço fiscal para combater as chamas. A medida

vai permitir que a União conte com mais recursos para atuar até o fim do ano.

No despacho, Dino afirmou que as penas para os incêndios criminosos são “insuficientes e desproporcionais à gravidade crescente dos ilícitos” e destacou que a Polícia Federal deve empregar todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos para combater os incêndios florestais.

Na mesma decisão, Dino ordenou uma flexibilização na regra para a manutenção e contratação de brigadistas, afastando um prazo de três meses exigido hoje na lei para a recontração de quadros que já prestaram serviço na área.

AGU pede reparação

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) pediram, ontem, uma reparação de R\$ 635 milhões por danos climáticos na Amazônia contra cinco infratores ambientais. Os custos foram calculados a partir do custo social da emissão de gases do efeito estufa resultantes dos crimes.

Os danos são referentes a uma área total de 7 mil hectares. A reparação deve ser conduzida pelo Grupo Estratégico Ambiental AGU Recupera, no Pará, dentro do bioma amazônico. O presidente do ICMBio, Mauro Pires, destacou que o apoio do governo foi necessário para que o crime ambiental não fosse compensador. Ele apontou que é preciso mostrar à sociedade a gravidade da situação climática do Brasil.

O advogado-geral da União Jorge Messias afirmou que o governo federal terá “tolerância zero” contra infratores ambientais. “Nós vamos responsabilizar todos os infratores ambientais”, completou.

Messias garantiu que os responsáveis serão identificados. “Que sejam identificadas e responsabilizadas as pessoas físicas e jurídicas que causaram dano ao meio ambiente. Nenhuma pessoa ficará impune. O crime ambiental não ficará mais barato no Brasil!”.

“A sociedade brasileira não vai mais pagar essa conta na sua saúde, no seu direito ao meio ambiente saudável, com a realização de atos ilícitos praticados por algumas pessoas”, apontou Messias. (JP)

MEIO AMBIENTE

Operação quer proteger Mata Atlântica

» IAGO MAC CORD*

A Operação Mata Atlântica em Pé começou, ontem, com o objetivo de combater o desmatamento do bioma e preservar a vegetação original. Coordenada pelo Ministério Público de Minas Gerais e pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), serão realizadas vistorias até 27 de setembro — data em que devem ser contabilizadas todas as áreas desmatadas e as infrações cometidas nos locais.

Segundo dados da Fundação SOS Mata Atlântica, apenas 24% do território original existe, com 12,4% de áreas com vegetação madura e bem preservada. A força-tarefa também conta com o apoio de ministérios públicos de outros 17 estados que

possuem cobertura desse bioma e órgãos ambientais.

O promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira, coordenador de Meio Ambiente do MPMG, destacou a importância da operação para a crise climática. “(Essa) é uma iniciativa de vanguarda do Poder Público que, por meio de uma ação orquestrada, com o uso de inteligência e tecnologia, consegue coibir e punir o desmatamento ilegal”, disse.

Desde 2019, a ação conjunta faz uso dos mapas da plataforma MapBiomas, que permite a visualização e obtenção de imagens satelitais para confirmação dos locais ou regiões desmatadas. Os responsáveis por desmatamentos podem responder tanto na esfera cível quanto na criminal, além de sofrerem sanções administrativas relacionadas aos registros das propriedades rurais.

Tomaz Silva/Agência Brasil



De acordo com dados do *Atlas da Mata Atlântica*, atualizado em maio deste ano, o ecossistema perdeu 14.697 hectares de florestas entre 2022 e 2023, o equivalente a 14 mil campos de

futebol. Por outro lado, esse número representa uma diminuição de 27% em comparação ao período anterior (2021-2022), quando foram registrados 20.075 hectares desflorestados.

“A Operação Nacional Mata Atlântica em Pé consolidou uma cultura de fiscalização do desmatamento ilegal no bioma, por meio da utilização de inteligência e contínuo engajamento

Apenas 24% do território original existe, com 12,4% de áreas com vegetação madura e bem preservada

dos Ministérios Públicos e órgãos de fiscalização ambiental, o que também tem contribuído para a redução dos índices de supressão ilegal e enfrentamento às mudanças climáticas”, afirmou o promotor de Justiça do Ministério Público do Paraná e presidente da Abrampa, Alexandre Gaio.

Os estados que possuem o bioma são: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Desses, quatro representam 90% de todo o desmatamento da Mata Atlântica: Piauí, com 6.192 hectares desflorestados; Minas Gerais (3.193); Bahia, (2.456); e Mato Grosso do Sul (1.457).

* Estagiário sob supervisão de Luana Patriolino